

(e) **INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA S.A. – INVEPAR**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candelária, 65, sala 1802, Centro, CEP 20091-906, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.758.318/0001-24, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social ("Invepar" ou "Anuente");

h l k A p

19 OUT 2010 003392728

REGISTRADO

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS Engenharia e Participações S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 4 de outubro de 2010 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Foram delegados pela AGE poderes à Diretoria da Emissora para (i) tomar todas as providências necessárias à implementação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definido abaixo) autorizadas pela AGE; e (ii) praticar todos os demais atos e providências necessárias à formalização e efetivação das deliberações da AGE, inclusive, mas não se limitando, a firmar e, se necessário, aditar esta Escritura de Emissão, contratos e outros instrumentos relativos à Emissão e à Oferta Restrita (conforme definido abaixo), ressalvados aqueles que, por expressa disposição legal ou estatutária, sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas da Emissora.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Da Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA

2.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2 A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, conforme dispõe o parágrafo primeiro do artigo 25 do Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

(Handwritten signatures and initials)

19 OUT 2000 003392728

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) Diário do Comércio.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação

2.4.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

2.5. Registro das Garantias

2.5.1. A presente Escritura de Emissão em função da garantia fidejussória prestada, será registrada nos cartórios de títulos e documentos das sedes das partes, conforme mencionado no item 4.19.7 desta Escritura de Emissão, bem como o Contrato de Penhor de Ações (conforme definido abaixo), em função da garantia real ali concedida, será igualmente registrado nos cartórios de títulos e documentos das sedes das partes, ambos na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015/73. Após o registro da Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor de Ações, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário uma via original de cada documento, registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do registro.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

[Handwritten signatures and initials]

19 OUT 2003 392728

REGISTRADO

A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor nominal total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definida, será de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("Valor Nominal Total").

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 400 (quatrocentas) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados (i) à readequação do perfil da dívida da Emissora e (ii) ao financiamento das atividades da Emissora, de acordo com seu objeto social, sendo certo que a Emissora deverá manter o montante mínimo de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) em conta de sua titularidade mantida perante o Banco do Brasil S.A. até a liquidação total das obrigações assumidas pela Emissora nos termos de sua 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais ("Notas Promissórias"), podendo os recursos obtidos por esta Emissão serem, inclusive, destinados à liquidação das Notas Promissórias, a critério da Emissora.

3.5. Limite da Emissão

A Emissão atende ao limite estabelecido no caput do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriurador

O banco mandatário e agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, s/n, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Escriurador"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e/ou o Agente Escriurador na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula.

3.8. Imunidade de Debenturistas

4

u

h

4

707 92

19 OUT 003392728

REGISTRADO

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 29 de outubro de 2010 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma escritural e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4

e

h

5

A

DCR

qu

19OUT 0003392728

REGISTRADO

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriitador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantia fidejussória e com garantia adicional.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.6.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo, no prazo de até 20 (vinte) dias da Data de Emissão.

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 8 (oito) anos a contar da Data de Emissão. O vencimento das Debêntures ocorrerá em 29 de outubro de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures.

4.8. Amortização do Principal

A amortização do Valor Nominal Unitário será realizada em 6 (seis) parcelas anuais, conforme indicado na tabela abaixo, sendo devida a primeira parcela no dia 29 de outubro de 2013 (cada data de pagamento de principal, "Data de Pagamento de Principal"):

Datas e Porcentagens de Pagamento de Principal		
1ª parcela	29 de outubro de 2013	16,6666%
2ª parcela	29 de outubro de 2014	16,6666%

[Handwritten signatures and initials]

19OUT 003392728

3ª parcela	29 de outubro de 2015	16,6666%
4ª parcela	29 de outubro de 2016	16,6666%
5ª parcela	29 de outubro de 2017	16,6666%
6ª parcela	29 de outubro de 2018	16,6670%

4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.9.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescido de um *spread* ou sobretaxa de 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando-se o cronograma de pagamento da Remuneração descrito no item 4.9.3 de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

4.9.2.1. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

av

e

h

A

7

7/17/15

19OUT 003392726

onde:

REGISTRADO

Fator DI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (\text{TDI}_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 08 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos acrescida ao rendimento de uma debênture referenciada em taxas flutuantes, quando não fizer uso de percentual aplicado, calculado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

$\text{spread} = 3,2500;$

n = Número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo " n " um número inteiro;

DP = Número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo " DP " um número inteiro;

DT = Número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo " DT " um número inteiro.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

19 OUT 2011 003392728

REGISTRADO

Notas de cálculo:

- i. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii. O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.9.3. A Remuneração será paga a cada 6 (seis) meses, conforme indicado na tabela abaixo, sendo devida a primeira parcela no dia 29 de abril de 2011 (cada data de pagamento de Remuneração, "Data de Pagamento de Remuneração").

Datas de Pagamento de Remuneração das Debêntures	
1ª) 29 de abril de 2011	2ª) 29 de outubro de 2011
3ª) 29 de abril de 2012	4ª) 29 de outubro de 2012
5ª) 29 de abril de 2013	6ª) 29 de outubro de 2013
7ª) 29 de abril de 2014	8ª) 29 de outubro de 2014
9ª) 29 de abril de 2015	10ª) 29 de outubro de 2015
11ª) 29 de abril de 2016	12ª) 29 de outubro de 2016
13ª) 29 de abril de 2017	14ª) 29 de outubro de 2017
15ª) 29 de abril de 2018	16ª) 29 de outubro de 2018

4.9.3.1 O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração, e para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento de Remuneração, e termina na Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

4.9.3.2. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.3.3. Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração.

[Handwritten signatures and initials]

19 OUT 2000 003392728

REGISTRADO

4.9.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.4.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, no caso de extinção da Taxa DI, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) dias úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.4.2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4.1., referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.4.3. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4.1, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do valor das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, sobre qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração até a data

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and center.

19OUT 003392728

REGISTRADO

do efetivo resgate, sem pagamento de prêmio de Resgate Antecipado Total, conforme definido no item 4.12 desta Escritura de Emissão. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estabelecido pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, e, sem pagamento de prêmio de Resgate Antecipado Total, conforme definido no item 4.12 desta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva apresentada pelos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP.

4.12. Resgate Antecipado Total e Amortização Extraordinária

4.12.1 A Emissora poderá, a qualquer momento, resgatar antecipadamente a totalidade, das Debêntures ou realizar amortização extraordinária das Debêntures nos termos da legislação aplicável, de acordo com os seguintes procedimentos ("Resgate Antecipado Total" e "Amortização Extraordinária"):

- (i) notificação enviada pela Emissora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, ao Agente Fiduciário e aos titulares de Debêntures, contendo a data e o procedimento de Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária; e
- (ii) o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária serão feitos por meio do pagamento (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acres-

a

el. 11
h L
2009
p

19OUT 0003392728

REGISTRADO

cido da Remuneração das Debêntures e (ii) de um prêmio de Resgate Antecipado Total ou de Amortização Extraordinária, tal como previsto no item 4.12.3.

4.12.2. A Amortização Extraordinária deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação e limitar-se a 90% (noventa por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário.

4.12.3. Na hipótese de Resgate Antecipado Total ou de Amortização Extraordinária, além do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, diminuída a parcela que já tenha sido amortizada na data do resgate, acrescido do valor da Remuneração das Debêntures, os Debenturistas farão jus a prêmio observadas as seguintes condições:

- (i) 1,0% (um por cento) incidente sobre o número total de Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário atualizado até a data do efetivo resgate, caso o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária ocorra até 29 de outubro de 2011, inclusive;
- (ii) 0,9% (nove décimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário atualizado até a data do efetivo resgate, caso o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária ocorra entre 30 de outubro de 2011 e 29 de outubro de 2012, inclusive;
- (iii) 0,8% (oito décimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário atualizado até a data do efetivo resgate, caso o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária ocorra entre 30 de outubro de 2012 e 29 de outubro de 2013, inclusive;
- (iv) 0,7% (sete décimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário atualizado até a data do efetivo resgate, caso o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária ocorra entre 30 de outubro de 2013 e 29 de outubro de 2014, inclusive;
- (v) 0,6% (seis décimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário atualizado até a data do efetivo resgate, caso o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária ocorra entre 30 de outubro de 2014 e 29 de outubro de 2015, inclusive;

19OUT 003392728

REGISTRADO

- (vi) 0,5% (cinco décimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário atualizado até a data do efetivo resgate, caso o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária entre 30 de outubro de 2015 e 29 de outubro de 2016, inclusive;
- (vii) 0,4% (quatro décimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário atualizado até a data do efetivo resgate, caso o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária ocorra entre 30 de outubro de 2016 e 29 de outubro de 2017, inclusive; e
- (viii) 0,3% (três décimo por cento) incidente sobre o número total de Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário atualizado até a data do efetivo resgate, caso o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária ocorra a partir de 30 de outubro de 2017 e até 6 (seis) meses antes do vencimento final.

4.12.4. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Total deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

4.12.5. A Emissora, com o acordo do Agente Fiduciário, deverão comunicar a CETIP da realização de Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.12.6. Os valores relativos ao prêmio de Resgate Antecipado Total e Amortização Extraordinária, se houverem, nos termos deste item 4.12, serão devidos aos respectivos Debenturistas, e serão pagos em conjunto com o pagamento do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir mediante notificação, por escrito, o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures, até a data do seu efetivo pagamento, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçado à sede da Emissora ("Notificação de Vencimento Antecipado"), na ocorrência das seguintes hipóteses:

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, with the number 13 written near the top right.

19 OUT 003382728

REGISTRADO

- (i) não pagamento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária devidas aos titulares das Debêntures, nas respectivas Datas de Vencimento;
- (ii) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, que (a) não seja devidamente sanada no prazo de cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 7 (sete) dias úteis;
- (iii) anulação, nulidade, inexecutibilidade ou questionamento pela Fiadora e ou de seus quotistas da fiança prestada nesta Escritura de Emissão;
- (iv) liquidação, dissolução, extinção ou pedido de autofalência da Emissora e/ou das Garantidoras, decretação de falência ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- (v) requerimento de falência, pedido de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Emissora e/ou das Garantidoras, não elidido no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do requerimento;
- (vi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) eventos ou situações que afetem comprovadamente de maneira adversa a capacidade operacional, legal e/ou financeira da Emissora e/ou das Garantidoras de cumprir com obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão;
- (viii) inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura, (a) de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou das Garantidoras, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas; ou (b) ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no respectivo prazo de cura, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou das Garantidoras, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- (ix) protesto de títulos contra a Emissora e/ou as Garantidoras, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) tiver sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;

Handwritten signature

Handwritten signature
14
Handwritten signature

19 OUT 2000 3392728

(x) não cumprimento de uma ou mais sentenças arbitrais ou decisões judiciais transitadas em julgado contra a Emissora e/ou as Garantidoras, incluindo execuções fiscais, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;

(xi) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou das Garantidoras, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, for comprovado que (a) houve contestação ou medida suspensiva de exigibilidade (b) houve substituição do bem constringido por outra garantia, desde que esta garantia não afete ou onere os bens da Emissora nos termos da presente alínea;

(xii) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;

(xiii) autuações por órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) exceto se tais situações: (a) forem contestadas no prazo legal; (b) tiverem sido efetuadas por erro ou má-fé, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso, ou (c) forem canceladas;

(xiv) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, para alterar substancialmente ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas;

(xv) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital votante da Emissora; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o controle societário efetivo da Emissora;

(xvi) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Fiadora, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;

(xvii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita sejam falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;

(xviii) se as obrigações de pagar da Emissora, previstas na Escritura de Emissão, deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal; e

2 e 15

19OUT 003392728

REGISTRADO

(xix) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

(xx) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;

(xxi) não constituição plena das Garantias, não cumprimento das obrigações previstas nos instrumentos de garantias nos prazos lá previstos ou não aprovação, pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, acerca de proposta de reforço ou substituição de uma ou mais Garantias caso estas tenham sido objeto de questionamento judicial que tenha afetado o cumprimento de quaisquer obrigações previstas no âmbito das Debêntures, sendo que Assembleia Geral de Debenturistas de que trata esta última hipótese deverá ser convocada pela Emissora em prazo não superior a 15 (quinze) dias contados do início do questionamento judicial de que trata esta alínea;

(xxii) não observância pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora ou das Garantidoras, ao final de cada exercício, até o pagamento integral de todos os valores devidos em virtude das Debêntures:

(a) relação entre Dívida Líquida e EBITDA da Fiadora menor ou igual a 3,0 (três) vezes;

e

(b) relação entre Dívida Líquida e Ativo Total da Emissora menor ou igual a 60% (sessenta por cento).

para os fins deste item (xxii), considera-se como:

"Dívida Líquida": A somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa que venha a ser criada, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante, com base em valores extraídos da demonstração financeira consolidada, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis;

✓ e

16
A
92

19 OUT 2003 392728

"EBITDA": O lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras anuais da Emissora, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis; e

"Ativo Total": O ativo total apurado no balanço patrimonial, reportado nas demonstrações financeiras anuais da Emissora, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (I), (III), (IV), (V), (VI), (VIII), (XI), (XVI), e (XIX) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação.

4.13.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.13.3.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.2 acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.3.2. Independente do disposto no item 4.13.3 acima e sem prejuízo do item 10.1 abaixo, a não instalação das referidas Assembleias de Debenturistas por falta de quorum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, considerando que todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emis-

g e

17
A
92

19 OUT 2009 009392728

são, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável

4

e

18
A
P

19 OUT 2003 392728

REGISTRADO

da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.19. Garantia Fidejussória

4.19.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Fiadora presta fiança em favor dos titulares de Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

4.19.2. A Fiadora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, conforme o caso, até o seu integral cumprimento.

4.19.3. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, conforme o caso, será pago pela Fiadora no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada à Fiadora pelo Agente Fiduciário, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 1 (um) dia útil da referida notificação, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações relativas as Debêntures. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado da Debênture nos termos desta Escritura de Emissão. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão para pagamentos pela Emissora fora do âmbito da CETIP.

4.19.4. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil Brasileiro. Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à fiança ora prestada será

Handwritten signature

Handwritten signature 19
Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature

19 OUT 2003 3392728

REGISTRADO

efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.19.5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos titulares de Debêntures caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item.

4.19.6. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora.

4.19.7. Em virtude da fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ressalvados eventuais atrasos imputados aos respectivos cartórios. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

4.20. Penhor de Ações

O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário, inclusive as despesas judiciais e verbas indenizatórias é garantido na forma disposta neste item até o seu integral cumprimento.

4.20.1. Como condição precedente à realização da Oferta Restrita, a Prestadora da Garantia deverá empenhar, nos termos do artigo 1.431 e seguintes do Código Civil Brasileiro e do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, em favor dos Debenturistas e em benefício destes, representados nesse ato pelo Agente Fiduciário, em primeiro, único e especial grau, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, à exceção daqueles indicados no Contrato de Penhor de Ações (conforme adiante definido), os seguintes bens de sua titularidade: (a) 8.531.973 (oito milhões, quinhentas e trinta e uma mil, novecentas e setenta e três) ações ordinárias e 17.063.946 (dezessete milhões, sessenta e três mil, novecentas e quarenta e seis) ações preferenciais de emissão da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR, companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candelária, n.º 65, salas 1.802, 2.001 e 2.002, CEP 20091-906, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.758.318/0001-24 ("Ações Empenhadas" e "Invepar", respectivamente); (b) todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a se-

a e

20
A
g

19 OUT 2003 392728

REGISTRADO

rem distribuídos à Emissora, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Ações Empenhadas; e (c) as ações derivadas das Ações Empenhadas por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações Empenhadas e quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações Empenhadas sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários).

4.20.2. O penhor de ações será formalizado por meio de um Instrumento Particular de Penhor de Ações, celebrado entre a Prestadora da Garantia e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, e registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos da sede das partes, nos termos do referido instrumento ("Contrato de Penhor de Ações").

4.20.3. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, do Penhor de Ações e da Garantia Fidejussória previstos nesta Escritura de Emissão, podendo os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, em conjunto ou separadamente, para os fins de cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.20.4. A excussão da garantia prestada nos termos do Contrato de Penhor de Ações será exercida pelo Agente Fiduciário em estrita observância ao direito de preferência conferido aos acionistas da Invepar na forma descrita no Contrato de Penhor de Ações, incluindo-se a Prestadora da Garantia, os quais serão comunicados por escrito, pelo Agente Fiduciário, acerca dos termos e condições da venda privada das Ações Empenhadas em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado das Debêntures.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de suas demonstrações financeiras semestrais completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e cópia de suas informações anuais, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

4

21

[Handwritten signatures and initials]

19 OUT 2003 392728

- (iii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrativo de apuração dos índices financeiros previstos no inciso "xxii" do item "4.13.1" acima, com sua respectiva memória de cálculo;
 - (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
 - (v) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do descumprimento;
 - (vii) em até 10 (dez) dias após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
 - (viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
 - (ix) vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na junta comercial competente em até 15 (quinze) dias contados a partir da respectiva data de arquivamento.
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;

q

e

l.

f

22

h

243

A
qu

19 OUT 2000 003392728

REGISTRADO

- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (f) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (g) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (i) comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negocia-

19 OUT 2000 3392728

REGISTRADO

ção no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;

- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (q) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (s) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (t) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (u) divulgar suas demonstrações financeiras anuais, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (v) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

2

24

19OUT 003392728

REGISTRADO

- (w) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (x) manter os documentos mencionados na alínea (r) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (y) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
 - (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (iv) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (o) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável, se for o caso;

ve

25
267
92

19OUT 003392728

REGISTRADO

- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que essas despesas devem ser razoáveis e compatíveis com os padrões existentes no mercado em que atua o Agente Fiduciário; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;

Handwritten initials

Handwritten signature and date
26
2017

19 OUT 003392728

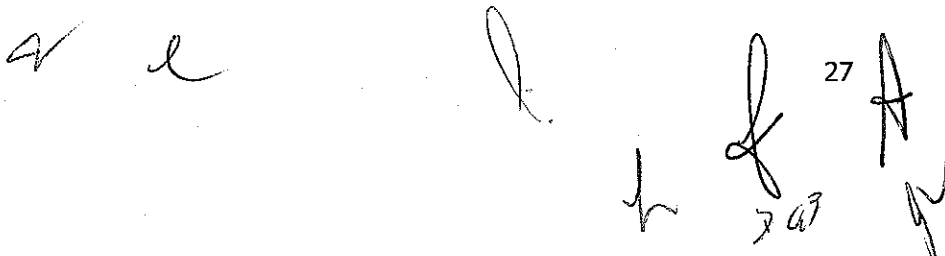
REGISTRADO

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (k) verificou a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada pela Fiadora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), sendo devido o primeiro pagamento no 5º (quinto) dia após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes;

 27

19OUT 003392728

- (b) as parcelas referentes à remuneração do Agente Fiduciário serão reajustadas anualmente ou na menor periodicidade permitida por lei pela variação acumulada do IPCA a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento de cada parcela referente à remuneração do Agente Fiduciário, calculado *pro rata temporis*, se necessário;
- (c) a remuneração do Agente Fiduciário prevista acima será devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na escritura, como configuradores de vencimento antecipado;
- (d) as parcelas anuais descritas acima serão acrescidas dos seguintes tributos nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento: (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), assim como quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte);
- (e) a Emissora mediante aprovação, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas na qualidade de representante dos Debenturistas, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, na qualidade de representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessen-

19 OUT 2003 392728

ta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão, das Garantias e respectivos aditamentos na JUCESP e cartórios competentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

207 29 92

19 OUT 003392728

- (i) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (j) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora.
- (k) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (j) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CETIP; e

Handwritten signatures and marks:
A, d, h, f, 30, 267, 92

19 OUT 2003 3392728

REGISTRADO

d. na sede do Coordenador Líder.

- (l) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (m) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriurador e à CETIP;
- (n) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (o) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.18 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (p) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e

19 OUT 003392728

(d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

4

u

h

32
du

A
p

19 OUT 003392728

REGISTRADO

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.7.5.2. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de

19OUT 003392728

Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) na Data de Vencimento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) nas hipóteses de vencimento antecipado descritas no item 4.13, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

Handwritten signature

Handwritten signature 34 *Handwritten signature*

19 OUT 2003 392728

REGISTRADO

8.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do contrato de distribuição das Debêntures, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

ace

35
2003

19OUT 003392728

REGISTRADO

- (g) as demonstrações financeiras e informações semestrais da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (i) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2 As Garantidoras, neste ato, declaram e garantem que:

- (a) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelas Garantidoras;
- (b) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais as Garantidoras sejam parte, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das Garantidoras, exceto por aqueles já existentes nesta data, bem como aqueles derivados desta Emissão; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação é exigido para o cumprimento, pelas Garantidoras, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; e

✓ e

36

Handwritten signatures and initials: L, f, K, and others.

19OUT 0003392728

REGISTRADO

(d) as obrigações assumidas na fiança constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Garantidoras, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

8.3. A Emissora e as Garantidoras, conforme o caso, comprometem-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

8.4. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Oitava da Escritura de Emissão.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

OAS Engenharia e Participações S.A.

Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 9º andar, sala 904

São Paulo, SP

CEP: 01228-200

At.: Sr. Alexandre Louzada Tourinho

Tel.: (11) 2124 - 6430

Fax: (11) 2124 - 1392

E-mail: tourinho@oas.com

Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares

São Paulo – SP

CEP: 04530-001

At.: Sr. Gregoli Pedroso Tasso

Tel.: (11) 3048 9915/ 3048 9763

Fax: (11) 3048 9910

19 OUT 2003 392728

E-mail: gregoli@slw.com.br

REGISTRADO

Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º Andar

CEP: 06029-900

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3789

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Para o Agente Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º Andar

CEP: 06029-900

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3789

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Para a Fiadora:

Construtora OAS Ltda.

Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 7º andar, sala 720

São Paulo, SP

CEP: 01228-200

At.: Sr. Ricardo Ricardi

Tel.: (11) 2124-1305

Fax: (11) 2124-1293

E-mail: ricardo.ricardi@oas.com

Para a Prestadora da Garantia:

OAS Investimentos S.A.

Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 9º andar

São Paulo, SP

CEP: 01228-200

At.: Alexandre Tourinho

Tel.: (11) 2124 - 6430

Fax: (11) 2124 - 1392

E-mail: tourinho@oas.com

Ar d

38
247

19 OUT 2003 392728

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

A

e
L
f
39
A
1797

19 OUT 2010 003392728

10.7. Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, contando ainda com a anuência das Garantidoras da Invepar. Todos os aditamentos à presente Escritura de Emissão deverão ser registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, bem como inscrita na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 18 de outubro de 2010.

[restante desta página intencionalmente deixado em branco]

N

el.
HL
40
2010
PL

19 OUT 0003392728

REGISTRADO

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da OAS Engenharia e Participações S.A, celebrado em 18 de outubro de 2010.

OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:
Cargo:

Nome: **Ricardo Ricardi**
Cargo:

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Nome: **Felipe Coimbra Aior André**
Cargo: **Diretoria Compliance SLW CVC Ltda.**

Nome: **Gregoli Pedroso Tasso**
Cargo: **Depto. Agente Fiduciário SLWCVC LTDA.**

CONSTRUTORA OAS LTDA.

Nome: **Ricardo Ricardi**
Cargo:

Nome:
Cargo:

OAS INVESTIMENTOS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA S.A. - INVEPAR

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

TESTEMUNHAS:

Nome: **Diego Carneiro Zerbato**
CPF: **057.140.166-02**

Nome:
CPF:

8575888000120087

ibizaolR obuzolR

osvel carlos il-poxe
obuzolR alnaxA osvel
AGTIOVWIS

ibizaolR obuzolR



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 6.636,66
Estado R\$ 1.886,23
Ipesp R\$ 1.397,20
R. Civil R\$ 349,30
T. Justiça R\$ 349,30
Total R\$ 10.618,69

Protocolado e prenotado sob o n. **3.392.730** em
19/10/2010 e registrado, hoje, em microfilme
sob o n. **3.392.728**, em títulos e documentos.
São Paulo, 19 de outubro de 2010

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial

DANILLO DE MORAES OLIVEIRA
Oficial Substituto

CONFERIDO POR:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Charles S. Pedro
<input type="checkbox"/>	Douglas C. Santos
<input type="checkbox"/>	Jose R. Casemiro